

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

TAUANA NEIS

**UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA CADASTRO
ÚNICO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

TREZE TILIAS - SC
2020

TAUANA NEIS

**UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA CADASTRO
ÚNICO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” - Orientador: Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento.

TREZE TILIAS - SC
2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC

por

TAUANA NEIS

Esta monografia foi apresentada às 15:00 do 30 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Treze Tílias - SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Thiago Cavalcante Nascimento

ANA PAULA MYSZCZUK

Cindy Renate Piassetta Xavier Medeiros

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/C7E1D40D>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre estar presente em minha vida e me guiar em todas as situações.

A UTFPR, pela oferta e oportunidade do curso, ao meu orientador Dr. Thiago Cavalcante Nascimento, pelos seus ensinamentos, os quais contribuíram positivamente em mais uma etapa de minha formação profissional, a tutora Lúcia K. Campos, bem como a todos os professores e coordenadores da instituição pelas orientações nesse período de aprendizado.

Agradeço também aos meus familiares, os quais são fonte de inspiração em minha vida, me apoiando em todos os momentos, em especial esse, os quais me incentivaram a buscar mais conhecimento.

Aos meus colegas de curso, que estiveram juntos nessa caminhada, em especial a colega Leticia Sabatke, que por diversas vezes me auxiliou neste processo.

A todos minha sincera gratidão!

RESUMO

NEIS, Tauana. **Um estudo sobre a efetividade do programa cadastro único no município de Pinheiro Preto/SC**. 55 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Treze Tílias, 2020.

A presente pesquisa visa descrever o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO, mecanismo esse de grande valia para a gestão pública municipal, sendo que através deste instrumento ocorre a implementação de políticas e programas sociais voltados à população de baixa renda. Ainda, apresentar através da política de assistência social a forma de atendimento, como funciona a coleta de dados, bem como onde está localizado o setor de cadastramento do CADÚNICO, mais expressivamente no município de Pinheiro Preto e suas peculiaridades. Posto isto, a intenção desta pesquisa é analisar a quais os projetos e programas são ofertados mediante ao cadastramento do CADÚNICO, especificamente a nível municipal, e principalmente, demonstrar a importância de uma efetivação atuante do CADÚNICO para a gestão municipal.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal. Assistência Social. Cadastro Único. Efetividade.

ABSTRACT

NEIS, Tauana. **A study on the effectiveness of the unique registration program in the municipality of Pinheiro Preto / SC.** 55 sheets. Monograph (Specialization in Municipal Public Management) - Postgraduate Program in Municipal Public Management, Federal Technological University of Paraná. Thirteen Tílias, 2020.

The present research aims to describe the Single Registry for Social Programs of the Federal Government - CADÚNICO, a mechanism of great value for municipal public management, and through this instrument the implementation of social policies and programs aimed at the low-income population occurs. Also, present through the social assistance policy the form of assistance, how data collection works, as well as where the CADÚNICO registration sector is located, most expressively in the municipality of Pinheiro Preto and its peculiarities. That said, the intention of this research is to analyze which projects and programs are offered by registering CADÚNICO, specifically at the municipal level, and mainly, to demonstrate the importance of an effective implementation of CADÚNICO for municipal management.

Keywords: Municipal Public Management. Social Assistance. Single Registration. Effectiveness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
SICON	Sistema de Condicionalidades
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Taxa de Atualização Cadastral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Justificativa.....	10
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Administração Pública.....	13
2.2 Efetividade na Administração Pública	15
3 MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	19
4 SERVIÇO SOCIAL	21
5 METODOLOGIA	25
5.1 Tipos de Estudo	25
5.2 Instrumento de Coleta de Dados.....	26
5.3 Participantes do Estudo.....	27
5.4 Processo de Análise de Dados	27
6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	29
6.1 Serviço Social no Município de Pinheiro Preto.....	29
6.2 Cadastro Único no Município de Pinheiro Preto.....	33
6.3 Histórico e Caracterização do Cadastro Único.....	35
6.4 Dados Coletados	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está inserido na área da administração pública e visa discorrer a efetividade do programa cadastro único, no âmbito das políticas públicas.

A efetividade é válida tanto para a área privada, bem como para a administração pública, a qual verifica em que medida os resultados de uma ação trazem benefícios à sociedade. Ademais, o conceito de efetividade é mais abrangente que o da eficácia, ao passo que esta indica se o objetivo foi alcançado, enquanto aquela mostra se tal objetivo trouxe melhorias à população visada (SILVA et al., 2018).

Na administração pública a efetividade visa a qualidade, bem como o grau para atingir os resultados. Além disso, a administração pública deve atuar de maneira transparente e eficiente, como também prezando pela atuação mais eficaz e efetiva.

Nesse sentido, importante remeter a Torres (2004), o qual menciona o conceito de efetividade:

É o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a ideia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito.

Nesse viés, a efetividade é necessária na gestão pública, em virtude de que os bens e serviços resultantes de determinada ação, obtenham resultados com maior significância no setor público, sendo que a execução adequada da efetividade é de total importância prezando pela busca de excelentes resultados.

O estudo sobre a efetividade do programa Cadastro Único – CADÚNICO será no município de Pinheiro Preto/Santa Catarina. A cidade de Pinheiro Preto está localizada do Meio Oeste de Santa Catarina no Alto Vale do Rio de Peixe, à 696 metros acima do nível do mar. De acordo com dados do IBGE (2019), sua população é de 3.555 habitantes. Com uma área de 65,71 km², a cidade é conhecida como a Capital Catarinense do Vinho, por possuir vinte e duas vinícolas instaladas no município e ser responsável por aproximadamente 70% da produção de vinho do estado.

O CADÚNICO foi criado através do Decreto n.º 3.877 de 24 de julho de 2001, sendo que na data correspondente, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Este configura-se como uma plataforma de coleta de dados, objetivando identificar

e reunir todas as informações em um único e significativo sistema, voltados especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade em nosso país.

O programa do CADÚNICO não está somente relacionado a oferta de programas e projetos dentro da política de assistência social no município supracitado, como também em outros setores da administração pública, os quais se embasam no cadastramento e alguns requisitos previstos em lei para a oferta de benefícios, programas e projetos municipais.

Através da operacionalização do CADÚNICO é possível diagnosticar a vulnerabilidade das pessoas cadastradas, levando em conta o perfil socioeconômico, a composição familiar, características da residência, escolaridade, bem como verificar as despesas básicas mensais relacionadas as pessoas cadastradas. Sendo assim, a efetivação perante a coleta de dados do CADÚNICO é de total importância, visto que, quanto mais lacunas forem preenchidas no sistema, com maior fidedignidade, melhor é o aproveitamento da base de dados, visando melhores condições de elaboração na gestão das políticas públicas. Com o objetivo de verificar a efetividade dos estados e seus municípios em relação a gestão do Cadastro Único, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Este índice pondera fatores com a qualidade das informações repassadas ao sistema e qualidade de atualizações no cadastro, como também verificação do perfil das famílias cadastradas, ou seja, se a grande parte dos inscritos no programa é pertencente ao público alvo. Em contrapartida a uma boa efetivação no CADÚNICO, os municípios através do Governo Federal recebem apoio financeiro.

Para a efetividade do CADÚNICO é fundamental que as informações constantes no sistema sejam precisas e atualizadas pela gestão municipal, pautando na manutenção e atualização cadastral dos beneficiários.

Nesse viés, ressalta a necessidade da efetividade no âmbito da administração pública, conforme declara Castro (2006), esta afere os benefícios que os resultados de uma determinada ação trazem para a população, demonstrando uma maior abrangência em sua utilização.

Ademais, conforme destaca Torres (2004), a efetividade impacta na administração pública, sendo que:

A efetividade preocupa-se com a necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, detalhando os benefícios obtidos e identificando quais setores estão sendo privilegiados em detrimento de outros. Tal processo deve ocorrer de maneira transparente e democrática, permitindo o envolvimento e sensibilização da população para a implementação de políticas públicas.

Nessa perspectiva, Motta (1990) afirma através de sua contribuição que a efetividade no âmbito da administração pública, diz respeito à relação entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos, ao longo do tempo, sendo descrita como uma dimensão qualitativa do resultado, ou seja, do valor social do produto. Complementa, ainda, destacando que há três dimensões básicas da efetividade: adequação, equidade e propriedade política. A primeira refere-se que os resultados apresentados correspondem às necessidades de que deram origem à ação; a segunda investiga se a ação implementada e os resultados obtidos permitiram uma distribuição mais justa dos recursos e dos benefícios e, por fim, a última verifica se houve a satisfação das exigências e demandas da sociedade.

Nesse sentido, o objeto de estudo desse trabalho é analisar a efetividade do programa cadastro único no município de Pinheiro Preto. Ademais, foram identificados quais os programas, projetos e benefícios são ofertados no município de Pinheiro Preto, através da análise do CADÚNICO.

No que diz respeito ao problema de pesquisa, este refere-se a qual a efetividade do cadastro único no município de Pinheiro Preto? Sendo assim, o presente estudo será desenvolvido na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, através do setor de assistência social, com intuito de identificar e analisar através de dados sobre o programa, o nível de efetividade do supracitado município. Outrossim, o problema da presente pesquisa consiste em descrever de maneira clara, explícita e compreensível a efetividade do programa em Pinheiro Preto.

1.1 JUSTIFICATIVA

O tema despertou interesse devido a inserção no setor de serviço social do município de Pinheiro Preto/SC. Nesse sentido é possível observar e vivenciar experiências que instigaram a estudar e analisar de forma mais complexa a efetividade do Cadastro Único no município.

O segmento das políticas públicas contribui em formular políticas coerentes e necessárias na atuação da administração pública municipal.

Através do presente estudo, este poderá proporcionar para a administração pública contribuições no que refere-se ao CADÚNICO, sendo que o sistema é instrumento estratégico capaz de solucionar as causas e consequências em relação a criação, oferta e efetivação de políticas públicas, onde é possível criar diagnósticos para o público-alvo do programa. Diante disso, através da efetivação dos dados do CADÚNICO, estes poderão atuar como uma

estratégia de planejamento em relação a oferta de políticas públicas, mais precisamente em nível municipal.

Ressalta-se que através do CADÚNICO, a administração pública poderá reduzir os custos referente a implantação de políticas públicas, visto que os dados inseridos no sistema são concretos, não necessitando a partir disso, de contratação de softwares, bem como empresas especializadas referente a diagnósticos em relação a condições socioeconômicas da população na área da assistência social, podendo também usufruir esses dados para outras pastas da administração pública, sendo esse uma fonte gratuita, reduzindo custos e servindo de aporte na gestão municipal.

Nesse sentido, o presente estudo poderá contribuir para os gestores municipais avaliarem a necessidade de efetivação dos programas e projetos executados pelo município, acerca disso, define Queiroz (2009, p. 201):

No processo de gestão das políticas públicas, os indicadores são necessários para o monitoramento e a avaliação dos resultados obtidos, sempre tendo em vista que, no âmbito da avaliação das políticas públicas, mais importante que ‘medir’ os resultados é saber se a sociedade está satisfeita com eles, pois, no ambiente democrático contemporâneo, a relação do Estado com a sociedade é uma relação de parceria. Nesse contexto, avaliar uma política pública é fundamentalmente ‘medir’ a sua efetividade.

Através da efetivação dos dados lançados no sistema do CADÚNICO, o poder público poderá elaborar políticas específicas, visando reduzir, bem como cessar as vulnerabilidades apresentadas através da coleta de dados. Vale ressaltar que os dados lançados no sistema, referente a identificação das famílias são sigilosos, sendo que somente podem ser utilizados para fins de formulação e execução de políticas públicas, além de pesquisas e estudos.

Nesse sentido a efetividade contribui para a administração pública no âmbito das políticas públicas, conforme reporta Bucci (2002, p. 265):

[...] um interesse é reconhecível como interesse público quando é assim qualificado pela lei ou pelo direito, que é exatamente o que se faz no processo de formação da política pública como dado de direito, ou seja, sancionar determinados fins e objetivos, definindo-os legitimamente como a finalidade da atividade administrativa.

Em vista disso, a efetividade atrelada a operacionalização do sistema do CADÚNICO, possibilita que a sociedade positivamente lucre, mediante a implantação e efetivação das políticas públicas, visto que esta é voltada para responder as demandas da população, de forma a assegurar e garantir a realização da ações previstas, tencionando sempre atingir o maior número da população.

Ressalta-se que o presente trabalho, servirá de aporte para a administração municipal, visto que por meio da efetividade em relação aos cadastros realizados, bem como por meio de manutenção de taxas de atualização cadastral, impacta positivamente no valor do IGD.

Por meio deste estudo, a administração municipal poderá verificar que através da efetividade do programa CADÚNICO, as ações em relação ao repasse financeiro poderão ser organizadas de maneira centralizada, isto é, com a taxa de efetivação alta o município poderá planejar as ações, eleger com cautela as prioridades e deliberar onde serão aplicados os recursos financeiros provenientes do Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios, - IGD – M, visando melhores aplicações e melhorias diariamente no que diz respeito ao programa.

Por fim, além dos possíveis avanços supracitados em relação ao presente estudo é demonstrar através de referências e dados que o sistema CADÚNICO, possui diversas peculiaridades, servindo como ferramentas a diversos programas e projetos a nível municipal, desmistificando que este somente refere-se a inclusão para programa bolsa família.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a efetividade do programa Cadastro Único no município de Pinheiro Preto/SC.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever os programas, projetos e serviços ofertados para a população do município de Pinheiro Preto/SC através da análise do Cadastro Único.
- b) Demonstrar a importância da efetivação do Cadastro Único no município de Pinheiro Preto/SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será esboçado conceitos teóricos a respeito da Administração Pública, sendo necessária sua explicação e entendimento para o desenvolvimento do presente trabalho.

2.1 Administração pública

A origem da palavra administração deriva do latim *ad* (direção ou tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência), referindo-se a aquele que desenvolve uma função sob o comando de outro, ou um serviço que se presta a outro.

Em vista disso, a administração refere-se ao “conjunto de normas e funções que disciplinam os elementos de produção, submetem a produtividade a um controle de qualidade, organizam a estrutura e o funcionamento de um estabelecimento” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 51).

Nessa perspectiva, o ato de administrar significa planejar, dirigir, organizar, coordenar e controlar organizações e/ou tarefas.

No sentido formal, compreende-se por Administração Pública, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo (MPOG, 2009).

No entanto, em sentido material, significa o conjunto das “atividades desempenhadas pelo Estado para a prestação dos serviços públicos” (CFC, 2011, p.13).

Já no sentido operacional, é o desempenho contínuo e sistemático, legal e técnico, tanto dos serviços do Estado, como o serviço por ele assumido em benefício da coletividade (MPOG, 2009).

Nessa linhagem pode-se dizer que a Administração Pública é o instrumento de ação do Estado para a prestação de serviços que visam a atender às necessidades coletivas. Segundo Meirelles (2005, p. 65), “a Administração Pública corresponde a todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços”.

Diante disso, conforme instrumento de ação do Estado para prestar serviços e atender à coletividade, a Administração Pública deve submeter-se a um conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos que possibilita examinar a legitimidade dos atos estatais, inspecionar a conduta funcional dos agentes públicos e garantir a defesa dos direitos dos administrados. Esses mecanismos permitem o exercício da fiscalização, orientação e revisão da atuação administrativa de forma a viabilizar o seu controle e assegurar que a

Administração Pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, conforme esclarece Alexandrino e Vicente (2010).

A Administração Pública conforme Arezzo (1999), abrange o conjunto de atividades que se relacionam diretamente com o cumprimento de tarefas consideradas de interesse público, ou comum, numa coletividade ou organização.

Já Meirelles (2004, p. 64), ressalta o conceito da seguinte maneira:

Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Segundo Bachtold (2012, p. 31), “Administração pública: é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando ao bem comum”.

Conceituando de forma mais abrangente, pode-se afirmar que Administração Pública é um sistema bastante complexo, do qual fazem parte, instituições, órgãos de estado, tecnologia, cultura, normas, recursos humanos entre outros, que dispõem da missão de executar de forma adequada a autoridade política e demais funções descritas na Constituição Federal de 1988, objetivando o bem comum de todos (ARAÚJO, 2012).

Sob o entendimento de Tolosa Filho (1999. p.123), considera-se a administração pública como:

A administração Pública se constitui de um conjunto multifacetário e complexo de atividades, realizado por unidades administrativas, tendentes a proporcionar o bem-estar da coletividade. Esse conceito deflui de seus princípios fundamentais, ou seja, o da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da publicidade.

Na visão de Matias-Pereira (2010) a administração pública é o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

De acordo com Santos (2006) o conceito de Administração Pública é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo. Nessa perspectiva Coelho (2009) reitera que para que isto ocorra são realizadas ações por meio de seu conjunto de órgãos, serviços e agentes públicos que são regidos por legislação específica para a área pública.

Nesse viés a CF, em seu artigo 37, trata dos princípios inerentes à Administração Pública: “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988, p.36). Sendo que tais princípios administrativos devem orientar a atividade dos administradores públicos como também dos servidores.

Nesse sentido, de acordo com Lima (2007, p. 55-57), esclarece sobre esses princípios:

Legalidade: os órgãos e as entidades públicas devem obediência estrita à lei.

Moralidade: a gestão pública deve pautar-se num código moral de aceitação pública.

Impessoalidade: não admite tratamentos diferenciados, sendo todos exigidos e atendidos da mesma maneira.

Publicidade: todos os atos e os fatos da Administração Pública são públicos.

Eficiência: diferentemente da eficiência considerada no setor privado, a eficiência no setor público pressupõe ações e atividades que contribuam para o bem comum, não apenas para a qualidade aliada a redução de custo.

Ademais, conforme Araújo (2012), existe uma diferenciação nos conceitos de Governo, Administração Pública e Gestão Pública. A Administração Pública tem caráter neutro, e é regida pelo Princípio da Legalidade, pois normalmente está vinculada a lei. Já o governo refere-se à atividade política e discricionária em que dispõe de uma certa liberdade de decisão e conduta independente. Já a Gestão Pública está relacionada a administração dos recursos tecnológicos, financeiros, humanos, planejamento, execução e controle e tomada de decisões eficaz mediante os conflitos existentes, ou seja, buscando atender a missão em que se dispôs a cumprir.

Através da explanação supracitada em relação aos conceitos bibliográficos referentes a Administração Pública, pode-se afirmar que a mesma é composta de um conjunto de órgãos instituídos pelo Governo para a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito de todas as esferas, e tem como principal objetivo, a prestação do serviço público em benefício da coletividade. Para isso, é necessário que a administração lance mão de todo o aparelhamento do Estado capacitado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades e o bem comum da coletividade administrada. (MEIRELLES, 2010).

2.2 Efetividade na Administração Pública

A gestão pública é formada por uma forte e crescente demanda da sociedade, no que se refere a prestação de serviços. É nesse cenário que entra a efetividade na administração

pública, a qual refere-se à qualidade do resultado, bem como a necessidade de certas ações públicas.

Na administração pública a efetividade consiste em realizar o que tem que ser feito, atingindo os objetivos traçados e utilizando os recursos da melhor forma possível. Portanto, este é um conceito que se refere à capacidade de ser eficiente e eficaz ao mesmo tempo.

Nesse viés, o Manual de Auditoria Operacional - MANOP (2011, p. 12) menciona:

A efetividade diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo. Refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção. Trata-se de verificar a ocorrência de mudanças na população-alvo que se poderia razoavelmente atribuir às ações do programa avaliado.

Em seguida, o mesmo documento menciona:

Portanto, ao examinar a efetividade de uma intervenção governamental, pretende-se ir além do cumprimento de objetivos imediatos ou específicos, em geral consubstanciados em metas de produção ou de atendimento (exame da eficácia da gestão). Trata-se de verificar se os resultados observados foram realmente causados pelas ações desenvolvidas e não por outros fatores. A avaliação da efetividade pressupõe que bens e/ou serviços foram ofertados de acordo com o previsto. O exame da efetividade ou avaliação de impacto requer tratamento metodológico específico que busca estabelecer a relação de causalidade entre as variáveis do programa e os efeitos observados, comparando-os com uma estimativa do que aconteceria caso o programa não existisse. MANOP (2011, p. 12).

A efetividade no âmbito da administração pública refere-se ao impacto das ações, ou seja, verificando através da execução da mesma que um programa, projeto e ações podem ou não alterar uma realidade.

Conforme Torres (2004), a efetividade preocupa-se com a necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, detalhando os benefícios obtidos e identificando quais setores estão sendo privilegiados em detrimento de outros. Tal processo deve ocorrer de maneira transparente e democrática, permitindo o envolvimento e sensibilização da população para a implementação de políticas públicas.

Para Aragão (1997), “[...] efetividade refere-se à relação, ao longo do tempo, entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos, sendo, muitas vezes, descrita como uma dimensão qualitativa do resultado (o valor social do produto)”.

Nessa acepção Giacomoni (2007) liga a efetividade à performance externa da organização, bem como relaciona ao grau com que os objetivos e as finalidades do governo são alcançados, medindo seu progresso.

Sendo assim, observa-se que a efetividade na administração pública busca identificar os efeitos de um programa, projeto e ações sobre uma população-alvo, permitindo identificar as ações e o resultado final obtido.

Na capacidade do “saber fazer” na administração pública, não pode faltar a capacidade de saber fazer do modo certo (eficiência), a coisa certa (eficácia) gerando valor para o cidadão e para a sociedade (efetividade), tais questões são de fundamental importância para Lima (2009).

A efetividade seria, então, a conjunção entre eficiência e eficácia, ou seja, para que haja a efetividade é necessário que os bens e serviços resultantes de determinada ação tenham alcançado os resultados mais benéficos para a sociedade (MATIAS- PEREIRA, 2010).

É constituído por elementos integrados, que orientam a adoção de práticas de excelência em gestão com a finalidade de levar as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho e de qualidade em gestão (BRASIL, 2014a).

Verifica-se, nesse sentido, que o conceito de efetividade é mais abrangente que o da eficácia, ao passo que esta indica se o objetivo foi alcançado, enquanto aquela mostra se tal objetivo trouxe melhorias à população visada (DALF, 1999).

Para Torres (2004), efetividade:

É o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a ideia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito.

Dessa forma, percebe-se que diferentemente da eficiência, que tem foco na relação custo-benefício, a efetividade preocupa-se com a qualidade do resultado, bem como com a necessidade de certas ações públicas. Efetividade é aqui entendida como o grau em que se atingiu o resultado esperado (OSBORNE, GAEBLER, 1994). Não se trata, pois, de um conceito econômico, como o da eficiência, mas de avaliação qualitativa dos serviços públicos, com o entendimento de que o governo deve, acima de tudo, prestar bons serviços.

Nessa perspectiva, Motta (1990) traz a sua contribuição afirmando que a efetividade refere à relação entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos, ao longo do tempo, sendo descrita como uma dimensão qualitativa do resultado, isto é, do valor social do produto. Complementa, ainda, destacando que há três dimensões básicas da efetividade: adequação, equidade e propriedade política. A primeira verifica se os resultados

apresentados correspondem às necessidades de que deram origem à ação; a segunda investiga se a ação implementada e os resultados obtidos permitiram uma distribuição mais justa dos recursos e dos benefícios e, por fim, a última verifica se houve a satisfação das exigências e demandas da sociedade.

Diante da análise a efetividade torna-se especialmente importante no âmbito da administração pública, visto que permite constituir um objetivo mais importante do que o de desempenho das funções desenvolvimentistas para as quais foram criadas, levando-se em conta, nesse sentido, o desenvolvimentismo econômico e social (CASTRO, 2006).

3. MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC

Nesse capítulo, pretende-se descrever o município o qual foi realizado a presente pesquisa.

Pinheiro Preto é uma cidade localizada do Meio Oeste de Santa Catarina no Alto Vale do Rio de Peixe está a 696 metros acima do nível do mar. Sua população é de 3.410 habitantes, com uma área de 65,71 km².

Imagem 01 – Portal do município de Pinheiro Preto



Fonte: o autor (2020)

A cidade é conhecida como a Capital Catarinense do Vinho, por possuir vinte e duas vinícolas instaladas no município e ser responsável por aproximadamente 70% da produção de vinho do estado.

Imagem 02 – Ponto turístico do município de Pinheiro Preto



Fonte: o autor (2020)

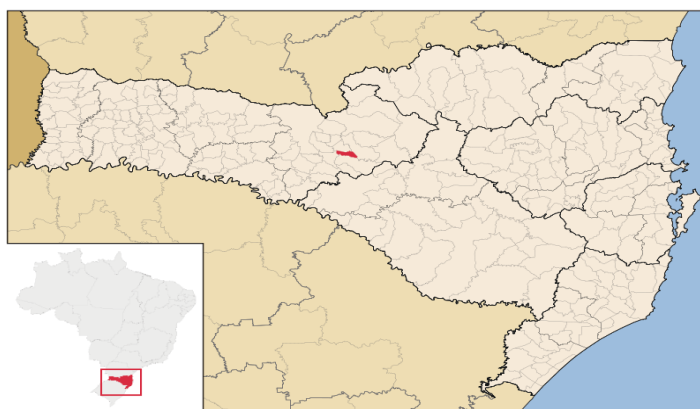
A cidade possui este nome pois durante o período de colonização, no início do século XX acontecia a construção da Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul. No auge da sangrenta e tenebrosa Guerra do Contestado, a região tornou-se um grande campo de batalha, sendo PP a sede de um dos episódios mais marcantes da história do Brasil, o assalto ao Trem Pagador, liderado pelo bandido Zeca Vacariano.

Os pioneiros descendentes de italianos vindo do Rio Grande do Sul chegaram em 1917, com o objetivo de começarem nova vida, de progredir, desbravando o chão, tirando dele o seu sustento. Em 1919 o pioneiro Guerino de Costa que veio da Itália, plantou a primeira parreira de uva e a primeira fabricação de vinho pinheiro pretense aconteceu em 1923.

O cultivo da uva tornou-se umas principais vocações agrícolas, caracterizada pela forte alternativa econômica, por agregar valores na fabricação de excelentes vinhos, espumantes e sucos naturais com qualidade reconhecida dentro e fora do país.

A cidade está localizada na rota do vinho, fazendo divisa com Tangará, Videira, Iomêre, Ibicaré e Treze Tílias, próximo de cidades de referência como Caçador, Videira e Joaçaba.

Imagem 03 – Localização do município de Pinheiro Preto no estado de SC.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/> (2020).

Em relação as informações municipais, cabe mencionar que o prefeito municipal é o Sr. Pedro Rabuske, o qual responde pela administração municipal até dezembro deste ano, ou seja, 2020. Já a vice prefeita é a Sra. Márcia Bressan da Cruz.

A atual gestão conta com a subdivisão de cinco pastas, isto é, administração, educação, saúde e bem estar social, obras e agricultura, ambas de responsabilidades de servidores designados de confiança do prefeito municipal.

4. SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo irá tratar de forma breve, a concepção do serviço social, elencando a sua trajetória sócio histórica, objeto da profissão, ressaltando os órgãos importantes perante a profissão, evidenciando o agir profissional na atualidade.

Quando nos referimos ao Serviço Social, ressalta-se que o primeiro suporte-teórico metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à modernização buscada no pensamento positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social.

A teoria social positivista aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, sendo um modo de pensar conservador e buscando a preservação da ordem estabelecida.

O trabalho assistencial era efetivado pelas conhecidas damas de caridade que procuravam conhecer as verdadeiras necessidades de cada indivíduo. Faziam visitas, abordagem grupal e utilizavam donativos e esmolas para atender aos pedidos de cada um, também lutavam para conseguir emprego para os pobres desocupados.

A profissão de Serviço Social era conservadora, positivista, funcionalista, paternalista, tinha como objeto de intervenção o ajustamento social.

Nesse contexto, Fontoura (1959, p. 113) menciona a visão Serviço Social, “é o conjunto de técnicas que tem por objeto reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade”.

Com a prática do assistencialismo, por sua vez, não há certeza de obtenção da cidadania, pois o caminho que levam às condições dignas que os cidadãos necessitam é conseguido por meio de favores.

Nesse viés, Colin & Fowler (1999), remetem que a assistência social antes da existência da Constituição Federal, era realizada em situações emergenciais com amadorismo e sem planejamento, como prática e não política. A assistência social era concebida como “mero dever de solidariedade” tendo então caráter residual e seletivo, não abrangendo a todos que dela necessitavam e, não instituindo o fortalecimento e emancipação do cidadão usuário.

Partindo deste prisma, a pobreza, por sua vez, não era vista como consequência das desigualdades sociais e da exploração promovida pelo capitalismo, mas sim, como responsabilidade dos indivíduos, como se a sua situação fosse proveniente de sua

incapacidade e de sua acomodação, fazendo-se necessário o uso da força, como também as consequências das desigualdades sociais tratadas como caso de polícia.

Considera-se que serviço social de fato é fruto do conflito entre capitalismo e trabalho. Nasceu num panorama de inquietudes e indagações sociais que surgiram assim que o capitalismo entrou em cena.

No entanto, com os movimentos de lutas organizados pelo povo, capitaneadas pela consolidação dos sindicatos, movimentos populares e partidos políticos, exigindo democracia, regulamentação de direitos e a concretização da tão almejada cidadania, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), sendo que somente após essas promulgações a assistência Social destacou-se como direito do cidadão e dever do Estado, trazendo nestes documentos subsídios para a constituição do sistema de proteção social brasileiro.

A partir das evoluções da caridade para a ação social, o serviço social rompe com a filantropia e a piedade, incluindo uma visão técnica e científica da intervenção social.

Sendo assim, diante de todo o processo histórico do serviço social, Segundo Pereira (2002), no Brasil, a inclusão da assistência social como proteção incondicional e vetor para o exercício da responsabilidade social no compósito da Seguridade deu-se apenas em 1988, com o respaldo pioneiro da Constituição Federal, conseqüentemente a isso, a assistência social tornou-se um componente da Seguridade Social, passando a ser visto como um direito social, o qual deverá ser concretizado por políticas públicas, sendo esta correspondente à política de assistência social.

Remetendo ao art. 194 da CF:

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193.)

Observa-se que a seguridade social surge com o objetivo de garantir os mínimos sociais à população de modo geral, amparando e promovendo o cidadão. Já a Política de Assistência Social, é inscrita na Constituição Federal de 1988 pelos artigos 203 e 204:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência, ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa,cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130.

Na atualidade, compreende-se que o Serviço Social é uma profissão que requer formação universitária de quatro anos, sendo que tal profissão é reconhecida pelo Ministério da Educação e exige o registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), sendo que a profissão é regulamentada pela lei número 8.662/93.

Nesse princípio, Iamamoto (2003,p.102) contextualiza o serviço social:

[...] uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social.

Caracteriza-se por ser uma profissão de caráter interventivo, além de estar inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo como objeto de sua intervenção as expressões da questão social.

Neste aporte, remetemos a concepção de Carvalho & Iamamoto (1985, p.58) referente a questão social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Assim, percebe-se que a questão social vem atrelada ao modo de produção capitalista, isto é, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, onde os trabalhadores produzem a riqueza e os capitalistas se apropriam dela, justificando que os mesmos somente visam o lucro, não considerando quaisquer outros fatores ligados aos trabalhadores.

Na sua efetivação, a caracterização da questão social se encontra vigente na maioria da população, sendo que a maioria das pessoas na sociedade vendem sua força de trabalho em troca do montante para garantir os meios para sua sobrevivência.

No que diz respeito a questão social ser objeto da profissão de serviço social, Yamamoto (2004, p. 115) afirma:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos na experimentação do trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social, dentre outros. Questão social sendo desigualdade também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.[...]... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Nos dias atuais, o Serviço Social é compreendido como mediador entre a população e o Estado, na formulação, implementação e execução de políticas sociais, onde exige-se um profissional qualificado, que possua consciência e competência crítica, para isso é necessário possuir dominação teórica e com isso a profissão de Serviço Social possui um Código de Ética que determina o exercício profissional.

Pode-se dizer que apesar de toda a afirmação da assistência social como direito, através da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política de Assistência Social/Sistema Único de Assistência Social nos faz analisar as demandas sociais e os desafios então apresentados à Administração Pública de modo que o uso de técnicas e abordagens que visem o aumento gradual da eficiência dos serviços públicos, com enfoque na área social.

O serviço social na atualidade pode contribuir para que a gestão seja de fato pública, demonstrando autonomia aos sujeitos, bem como fazendo estes conhecedores de direitos e deveres.

5. METODOLOGIA

O capítulo de metodologia destaca o tipo de pesquisa realizada e apresenta os sujeitos envolvidos no estudo. Além disso, descreve o instrumento da coleta e análise de dados, bem como, apresenta sobre os resultados atingidos mediante ao estudo.

Considera-se que as pesquisas instituem ou afirmam acontecimentos, além de que se utilizam estas para sanar perguntas ou impasses, de curta e longa existência, bem como novas teorias. Diante disso, utiliza-se várias abordagens para análise, com vistas a condizer com o resultado desejado.

Assim, com propósito de expor o método utilizado na elaboração da pesquisa, os procedimentos adotados para a coleta e análise de dados, bem como esclarecer os instrumentos e instrumentais empregados a fim do alcance do objetivo proposto, realizou-se pesquisa descritiva.

Sendo assim, com a utilização da abordagem executada neste trabalho, aliada a pesquisa classificada como descritiva, apresenta como premissa buscar a resolução de problemas, melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

5.1 Tipo de estudo

Considera-se que toda e qualquer pesquisa realizada é classificada mediante algum critério. Nesse viés é possível classificar as pesquisas em três categorias, sendo elas, pesquisas descritivas, pesquisas exploratórias e pesquisas explicativas.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, tendo em vista o problema apresentado, bem como seus objetivos.

Segundo Cervo, Bervian e Silva, (2007, p.61) a pesquisa descritiva busca descobrir com a maior exatidão possível, a constância com que um fenômeno acontece, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Ressalta-se que através da realização da pesquisa descritiva, cabe o pesquisador realizar o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos.

Assim, a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, entretanto, sem a interferência do pesquisador.

No tocante as fontes de dados utilizadas no presente trabalho, se deu por meio de realização de entrevistas, com os profissionais responsáveis pela gestão e execução de políticas sociais no município de Pinheiro Preto, bem como profissionais de municípios vizinhos, atuantes na política de assistência social, estudos por meio da literatura bibliográfica, além da análise de documentos oficiais abordando o conteúdo estudado, além da observação dos sistemas informatizados.

5.2 Instrumento de coleta de dados

Neste viés, ressalta-se que foi realizado entrevistas com os sujeitos, por meio de chamadas de vídeos pelo aplicativo WhatsApp, onde os entrevistados serão denominados no presente trabalho pela nomenclatura de agentes.

Assim, primeiramente contatou os agentes, demonstrando a idealização do estudo, bem como o significado destes neste processo, onde prontamente ambos colocaram-se a disposição com suas contribuições neste trabalho.

Neste sentido, questionou-se aos entrevistados, o envolvimento destes com o programa do CadÚnico, buscando compreender tal ação, além de que foi solicitado pareceres favoráveis ou desfavoráveis em relação ao entendimento pessoal dos agentes em relação ao programa.

Ademais, como a pesquisa é caracterizada como descritiva, procurou-se elaborar perguntas e questionamentos, com ênfase em materiais bibliográficos e sistematizados para coleta de dados.

Diante disso reporta-se a Zanella:

A pesquisa qualitativa é descritiva: pois, se preocupa com descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coleta de dados e informações (ZANELLA, 2009, p.76).

Além disso, questionou-se em relação a possibilidade da aplicação do programa em outras políticas públicas municipais, visando a integração destes para a gestão pública, no sentido da oferta de programas, projetos e serviços em prol da população por meio da análise do CadÚnico.

Buscou-se sondar enquanto gestores e técnicos municipais se vislumbram a questão da efetividade no que se refere ao CadÚnico, aplicando esta funcionalidade a gestão pública municipal.

5.3 Participantes do estudo

Em relação a escolha dos sujeitos entrevistados atendeu aos princípios da representatividade, ou seja, os agentes envolvidos neste processo, são pessoas que possuem e possuíram participação em nível municipal em relação ao CadÚnico.

Assim, no tocante aos agentes envolvidos, ressalta-se que estes são servidores públicos, com nível superior em serviço social, exercendo a profissão de assistente social, como também de entrevistadores e gestores do programa CadÚnico.

No que se refere ao contato com gestores municipais, destaca-se que estes são servidores em caráter de comissão, nomeados pelos Prefeitos de seus respectivos municípios, onde exercem a função de Secretários de Saúde e Bem Estar Social, sendo responsáveis pelas duas pastas, entretanto sem desmembramento.

A rotina dos agentes e gestores são opostas, ou seja, os agentes atuam diretamente na recepção, cadastramento, atualização de dados, bem como arquivamento em relação ao CadÚnico. Já os gestores atuam diariamente no planejamento, organização, controle e avaliações das ações do município, buscando organizar o sistema único de saúde e o sistema único de assistência social no âmbito municipal.

Ressalta-se que dentre estes agentes entrevistados, somente um atua no município estudado, onde é entrevistador e gestor do programa CadÚnico. Este profissional atua como assistente social, quarenta horas semanais, sob o regime estatutário.

5.4 Processo de análise de dados

A análise de dados ocorreu por meio do relato dos entrevistados, através da abordagem qualitativa.

O processo de análise dos dados pretende explanar e analisar os dados coletados, mediante as entrevistas realizadas, buscando responder ao conteúdo proposto no estudo, além da assimilação com o aparato teórico.

Outrossim, ressalta-se que a análise dos dados se efetuou após as informações obtidas pelas entrevistas realizadas, além da assimilação dos dados coletados por meio de sistemas informatizados a respeito do assunto, conseqüentemente podendo assim assimilar a prática com a teoria.

Diante disso, o item 6.1 refere-se ao departamento de serviço social no município estudado.

O item 6.2 apresenta o programa CadÚnico no município e sua estrutura.

Já na seção 6.3 segue a exposição do histórico e caracterização do CadÚnico.

O item 6.4 exhibe os programas, projetos e serviços municipais que utilizam o CadÚnico como base de oferta.

Por fim, a seção 6.5 relaciona-se as análises coletadas.

6. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 Serviço Social no município de Pinheiro Preto/SC

O município de Pinheiro Preto não possui secretaria específica referente a política de assistência social, isto é, essa política está vinculada à Secretaria de Saúde, denominando-se assim, Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

A responsável direta é a Sra. Zildete Maria Denardi, a qual é secretária da pasta e responde pela assistência social de maneira geral, incluindo o equipamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Os CRAS são unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Nesse sentido, o CRAS é considerado “a porta de entrada” do SUAS, pois é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social da assistência social. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009).

Nesse viés, entende-se que o CRAS deve prestar serviço, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições efetivas e torná-la sujeito de sua própria vida. (Braga, 2011, p. 148.)

No que se refere ao CRAS, no município foi implantado no ano de 2013, onde no presente momento conta com três técnicos de referência, sendo estes, auxiliar administrativo, assistente social e psicóloga.

Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (2009), este tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Prioriza o atendimento dos beneficiários de programas Federais e Estaduais, famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo, crianças, adolescentes e idosos que estejam em situações de risco, buscando com isso, superar as vulnerabilidades locais.

Além disso, o CRAS tem como função principal ofertar o Programa de Atenção Integral as Famílias –PAIF, que é o principal serviço da proteção social básica.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação

do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p. 31).

Desta forma o PAIF serve de base para diversos outros programas que visam à garantia de direitos da população, além de buscar através de suas atividades uma melhora no convívio familiar.

Ademais, neste equipamento é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, além do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas.

O SCFV possui sua especificação na Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009) como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a p.9).

Destaca-se que o SCFV é organizado por grupos é ofertado por grupos, sendo estes:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos;
 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos;
 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 15 a 17 anos;
 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (BRASIL, 2010, p.30-31).

No que se refere aos objetivos do SCFV, remete-se:

- Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competência para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional (BRASIL, 2010, p. 43-44).

Além disso, também são prestados neste equipamento ações preventivas, de convivência e socialização, inserção e acolhida, capacitação e inserção produtiva, apoio e acompanhamento familiar.

Sendo assim, o acompanhamento realizado com as famílias, também é essencial na política de assistência social, visto que o cidadão compreende as suas origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, colaborando para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS. (BRASIL,2012).

Além da oferta da política de assistência social no equipamento CRAS, o município de Pinheiro Preto, dispõe de atendimentos específicos na saúde, bem como gestão do município.

No que se refere ao profissional assistente social na área da saúde, salienta-se, que a inserção e atuação do Serviço Social na saúde conforme Bravo (1996, apud, MATOS 2003), deu-se primeiramente no âmbito curativo e com abordagem individual, situação essa que somente na década de 1980 ocorre transformações significativas.

Nesse sentido, o assistente social realiza sua atuação na área da saúde, servindo de mediador entre a instituição e a população, visando o acesso aos serviços e benefícios.

O trabalho do Assistente Social no campo da Saúde pressupõe que este profissional tenha um conhecimento sobre as políticas públicas, em particular a do SUS, e de como essas políticas são garantidas à população; precisa ter um domínio teórico e técnico sobre a política em que direciona sua atuação, o que exigirá do profissional um conjunto de saberes que envolvem as instâncias da saúde, da prevenção ao tratamento, passando pelas formas de acesso a redes de atenção à estruturação do atendimento. O profissional deve “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais”. Ele tem o dever de “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”. (CRESS, 2005, p. 24).

Conforme destaca Oliveira (2008), na área da saúde:

O assistente social atuará nas seguintes ações: facilitar a adaptação e integração de pacientes e familiares à rotina hospitalar; socializar informações com pacientes e familiares quanto aos serviços prestados pela instituição facilitando o acesso aos instrumentos necessários e adesão ao tratamento; sensibilizar o paciente e a família quanto a importância da adesão ao tratamento, através de um trabalho de integração que viabilize um aprendizado pelas experiências vividas; propiciar ao paciente/família um relacionamento de confiança na equipe, condição essencial para o êxito da terapêutica e adesão ao tratamento; prevenir e detectar problemas sociais que possam interferir no acompanhamento ao paciente interpretando-os para a equipe;

acompanhamento diário da equipe ao paciente com longa permanência e seus familiares, além de participar de pesquisas médico-sociais.

Sendo assim, o profissional assistente social atua de forma articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde – SUS, formulando estratégias, visando reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde.

Nesse sentido, de acordo com a Cartilha sobre os Parâmetros para Atuação do assistente social na saúde (2009, p.15), o assistente social da unidade de saúde do município atua:

Articulado e sintonizado a o movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS; facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho a os rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito , ou seja , contido no projeto de Reforma Sanitária ; tentar construir e /ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde , espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas; elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem com o estar atento sobre a possibilidade de investigações sobre temáticas relacionadas à saúde; efetivar assessoria aos movimentos sociais e /ou a os conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos sociais contribuindo no processo de democratização das políticas sociais , ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas de saúde, visando o aprofundamento dos direitos conquistados.

Em relação ao Serviço Social na Unidade de Saúde do município, destaca-se que os atendimentos ocorrem por demanda espontânea, encaminhamentos interno e externo, recepção, acolhimento e busca ativa.

Já no que refere-se as principais ações salienta-se: atendimentos individuais e familiares, confecção de estudos de caso com a equipe técnica, articulação com a rede de assistência à saúde (Atenção Básica), Previdência Social (INSS), com a rede de apoio socioassistencial (Organizações Governamentais e Não Governamentais), educação, conselho tutelar, CRAS, Polícia Militar e Civil, além de participações em reuniões, cursos, eventos, entre outros.

Diante disso, verifica-se que a atuação do profissional assistente social na política de saúde, deve atuar conjuntamente nas dimensões das políticas educativas e assistenciais, onde ambas são direitos dos usuários conforme prevê na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e CF de 1988.

Através da LOAS observa-se:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através

de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Já em consonância com a CF de 1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sendo assim, o assistente social inserido na equipe da saúde é o profissional que identifica as demandas e necessidades dos pacientes, bem como suas condições sociais, observando na totalidade, interpretando junto à equipe particularidades fundamentais no âmbito social.

6.2 Cadastro Único no município de Pinheiro Preto

O Município de Pinheiro Preto dispõe de uma servidora designada através de portaria executiva municipal para coordenação e manutenção do sistema CadÚnico. Sendo que essa servidora é efetiva e possui formação em nível superior em serviço social, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social 40 horas semanais.

A servidora é responsável por quaisquer atividades relacionadas ao sistema, desde as entrevistas, coleta de dados e arquivamento dos documentos necessários para cadastramento.

Além disso, a profissional é gestora responsável pelas ações e estratégias de cadastramento das famílias. Ademais, essa servidora desenvolve ações no sentido de orientação para as famílias que se enquadram no programa, buscando cadastrar somente o público alvo.

No que se refere as entrevistas para inclusão e atualização do sistema, são realizadas sem agendamentos, buscando atender a população conforme suas necessidades.

Em relação ao cadastramento no programa do CadÚnico, os interessados comparecem no setor munidos com documentação exigida e necessária para inclusão no sistema. Logo após são realizadas cópias para arquivamento no setor.

Tabela 01 – Documentos para cadastramento

RESPONSÁVEL FAMILIAR	INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR – ADULTO	INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR – CRIANÇA
Cadastro da Pessoa Física - CPF	Cadastro da Pessoa Física - CPF	Certidão de nascimento
Documento de identidade	Documento de identidade	Documento de identidade

Comprovante de residência	Carteira de trabalho	Cadastro da Pessoa Física - CPF
Título de eleitor	Comprovante de rendimentos	Comprovante de matrícula escolar

Fonte: autor (2020) Elaborada conforme orientação do profissional responsável pelo cadastramento

Com base na tabela acima, pode-se mencionar que os documentos supracitados não são de exigência na totalidade, isto é, para o grupo familiar adulto e criança somente são exigidos comprovantes de identificação, bem como comprovantes de rendimentos, caso algum integrante do grupo familiar exerça atividades laborais. Entretanto, é válido considerar que quanto maiores informações no cadastro, mais transparente este fica, com maiores informações a respeito do grupo familiar. A documentação dos integrantes do grupo familiar deve permanecer arquivados nos municípios por até cinco anos.

O Setor do CadÚnico encontra-se anexo à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, onde possui sala individual para entrevistas e cadastramento, bem como possui local adequado para arquivamento dos formulários e cópias dos documentos familiares, facilitando nas futuras atualizações e manutenções dos cadastros. Ressalta-se que o arquivo se encontra em ordem alfabética.

Imagem 04 – Arquivo de formulários e documentos dos integrantes do CadÚnico



Fonte: o autor (2020)

6.3 Histórico e Caracterização Do Cadastro Único

No ano de 2001, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mediante o Decreto n.º 3.877 de 24 de julho, sancionou o CadÚnico, visando mapear a situação de pobreza e extrema pobreza da população brasileira.

Entretanto, no ano de 2007, o supracitado documento foi revogado através do Decreto n.º 6.135 de 26 de junho. Ressalta-se que este novo documento contém disposições mais precisas sobre o CadÚnico.

Nessa continuidade o decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, menciona-se algumas alterações e inclusões importantes para o cadastramento, sendo estas: define-se o público prioritário para o cadastramento, isto é, famílias de baixa renda, compreendidas como aquelas que têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total no valor de três salários mínimos, além os conceitos de domicílio, família, renda e atualização cadastral. Ademais, um ponto significativo perante ao sistema refere-se ao sigilo das informações registradas, ou seja, somente poderão ser extraídas informações para bases de formulação e execução de políticas públicas.

A implementação do sistema ocorreu por meio do Governo Federal, visando unificar o cadastramento das famílias baixa renda, garantindo que essas famílias possam acessar os benefícios, programas e projetos ofertados pelo Governo.

No que refere-se ao sistema, o agente responsável e operador é a Caixa Econômica Federal, responsável pelo processamento dos dados cadastrais coletados e inseridos pelos municípios, além de conceder todo suporte operacional em relação ao sistema. Além disso, o órgão mencionado, é responsável pela atribuição do Número de Identificação Social – NIS a cada membro incluído no CadÚnico.

Já o Estado, mais precisamente através da Coordenação Estadual do CadÚnico, organiza capacitações aos técnicos municipais responsáveis pelo programa.

De acordo com BRASIL (2007) o CadÚnico é o conjunto de informações de famílias brasileiras que vivem em condição de pobreza e extrema pobreza, criado pelo Governo Federal para identificar e conhecer famílias de baixa renda.

Desta forma, através da identificação das famílias em situação de vulnerabilidade, o sistema CadÚnico contribui na elaboração e execução de políticas públicas.

Segundo Vieira (2009, p. 366), o Cadastro Único foi criado em 2001 com a finalidade de ser referência para diferentes programas sociais de concessão de benefícios e sugere uma ação única e integrada que, além de evitar a sobreposição de programas, melhora

afocalização do público alvo. O Cadastro pretende suprir a necessidade de informações sobre as características das famílias de baixa renda e a identificação geográfica dessa população, de forma a tornar possível que, a partir deste banco de dados, vários programas sociais sejam alimentados de informações socioeconômicas atualizadas.

Salienta BRASIL (2010) que o CadÚnico é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população. Diante disso, ressalta-se que o CadÚnico integra a proteção social básica referente a inclusão de famílias em programas, projetos e benefícios ofertados através do Governo Federal, sendo que após o cadastramento realizado pelos municípios são identificadas.

Conforme (BRASIL, 2010) os municípios são os responsáveis por realizarem os cadastros, as atualizações e acompanhamento. Dessa forma, após o cadastramento, os dados através do sistema são repassados para as três esferas do governo, isto é, Municipal, Estadual e Federal, os quais identificam os possíveis beneficiários dos programas, que utilizam como base o CadÚnico.

Ressalta-se que o processo de inclusão e atualização dos dados registrados no CadÚnico são realizados através dos entrevistadores nos respectivos municípios.

Nesse sentido, destaca-se que para realizar a inscrição no CadÚnico o interessado deve procurar o setor responsável pelo CadÚnico no município, mais expressivamente no setor de assistência social.

Diante disso, de acordo Decreto de criação do Cadastro Único, mais expressivamente no artigo 6º, o cadastramento será realizado pelos Municípios, entretanto sob alguns critérios:

Art. 6o O cadastramento das famílias será realizado pelos Municípios que tenham aderido ao CadÚnico, nos termos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observando-se os seguintes critérios:

I - preenchimento de modelo de formulário estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - cada pessoa deve ser cadastrada em somente uma família;

III - o cadastramento de cada família será vinculado a seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar (RF), maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher;

IV - as informações declaradas pela família serão registradas no ato de cadastramento, por meio do formulário a que se refere o inciso I, devendo conter informações relativas aos seguintes aspectos, sem prejuízo de outros julgados necessários:

a) identificação e caracterização do domicílio;

b) identificação e documentação civil de cada membro da família;

c) escolaridade, participação no mercado de trabalho e rendimento. (BRASIL, 2007)

Observa-se que o decreto é taxativo quanto às responsabilidades do Município durante o cadastramento das famílias, isto é, afirmando que as informações declaradas pelo grupo familiar são consideradas auto declaratórias, somente sendo inseridas no cadastro as informações repassadas pelo requerente no ato da entrevista.

Sendo assim, é necessário que um membro da família seja responsável por prestar informações ao entrevistador, consequentemente sendo o responsável pela Unidade Familiar, eis que é obrigatório que este responsável possua mais de dezesseis anos, bem como de prioridade do sexo feminino.

Ademais, esse responsável familiar deve comprometer-se em prestar informações verídicas, além de atualizar o CadÚnico, sendo necessário essa atualização quando o grupo familiar obtiver quaisquer mudanças das informações declaradas no ato da realização do cadastro.

Nesse sentido, ressalta-se que é obrigatória a atualização cadastral a cada dois anos, condicionalidade esta referente ao sistema, mesmo sem nenhuma mudança no contexto familiar declarado no cadastro. Visto que, para seleção de alguns dos programas sociais é necessário possuir o CadÚnico atualizado.

Para a escolha das famílias que serão beneficiadas pelo programa é considerado apenas o quesito renda, entretanto, no Cadastro Único consta uma grande quantidade de informações importantes sobre as condições de vida dessas famílias, tais como:

[...] *i)* vulnerabilidade – composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais;
ii) acesso a conhecimento;
iii) acesso ao trabalho;
iv) disponibilidade de recursos – renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação;
v) desenvolvimento infantil; e
vi) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos, como água, saneamento e energia elétrica). (BARROS, CARVALHO E MENDONÇA, 2010, p. 182).

Mediante essas informações no cadastro, permite construir quatro componentes de vulnerabilidades:

- a) Gestação e amamentação: trata-se de necessidades especiais nutricionais e em atendimento médico que surgem devido à presença de gestantes e/ou crianças em período de aleitamento.
- b) Crianças, adolescentes e jovens: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência – educação *latu sensu* –, cuidados cotidianos – zelar pela segurança, alimentação etc. –, além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico.

- c) Portadores de deficiência e idosos: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas a cuidados cotidianos – zelar pela segurança, alimentação etc. – e necessidades especiais em atendimento médico.
- d) Dependência econômica: quando o número de crianças ou idosos é proporcionalmente elevado em relação ao número de adultos, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, pois muitos dependem da renda de poucos. (BARROS, CARVALHO E MENDONÇA, 2010, p. 190).

Em relação aos dados incluídos ou atualizados através de entrevistas realizadas pela gestão local do CadÚnico estes permanecem visíveis município através da base nacional do programa. Nesse sentido, mediante ao módulo de consulta o Governo Federal, bem como o próprio município, pode consultar os dados inseridos pelo entrevistador.

Ademais, ressalta-se que frequentemente o Ministério de Desenvolvimento Social recebe uma extração da base completa de informações do Cadastro Único, para análise da qualidade, ações de monitoramento e qualificação, atendimento de solicitações de dados do Cadastro Único (pesquisas e programas usuários), carga em sistemas de uso interno, entre outras ações.

Além das estratégias de capacitação e atualização periódica dos dados, para manter a qualificação das informações registradas no Cadastro Único, anualmente, são realizadas ações de auditoria por meio do cruzamento entre a base do Cadastro Único e outros registros administrativos, com vistas a identificar possíveis subdeclarações/omissões de renda/óbito. Esse procedimento, titulado Averiguações Cadastrais, está previsto na Portaria nº 94, de 04 de setembro de 2013.

Todo este processo de cadastramento é importante para o reconhecimento do Cadastro Único como uma ferramenta qualificada e atualizada dos dados da população de baixa renda existente no Brasil. Os principais atores no desenho do Cadastro Único são: Governo Federal, por meio do MDS e Caixa Econômica Federal; municípios; estados; Distrito Federal e o próprio público-alvo (famílias em situação de baixa renda). Estão envolvidos ainda os órgãos parceiros e a rede pública de fiscalização (Ministérios Públicos, Controladoria-Geral da União e Tribunais de Contas).

Ele permite que as informações reunidas possam ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

Desta forma, a periódica qualificação do Cadastro Único depende, em grande medida, do reforço das capacidades municipais e estaduais, com atenção as especificidades dos entes federados, a depender da região, estado e porte populacional. A gestão municipal

tem papel de destaque no Cadastro Único, conforme as atribuições descritas acima, a organização do processo de cadastramento, a identificação das famílias pobres de seu território, entre outras responsabilidades, demonstra o poder de discricionariedade do município no arranjo e a necessidade de fortalecimento da coordenação local. Conforme afirma Renata Bichir (2012, p.33):

[...], a implementação de políticas nacionais depende, em grande medida, da capacidade de coordenação da União, dos instrumentos institucionais com que esta conta para incentivar os níveis subnacionais a seguir seus objetivos gerais de políticas. Por outro lado, contudo, a qualidade da provisão e os resultados das políticas dependem também das capacidades institucionais locais, particularmente dos recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e articulação entre diferentes serviços e políticas, entre outras dimensões disponíveis no nível municipal.

O principal aporte do programa CadÚnico consiste na seleção dos beneficiários para o programa Bolsa Família, entretanto existe um amplo leque de utilizações o cadastramento no programa CadÚnico, isto é, possibilitando a inserção das famílias nele cadastradas a tais programas: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social De Energia Elétrica, Identidade Jovem, Isenção de taxas para Concursos Públicos e Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, dentre outros programas a níveis estaduais e municipais.

Nesse sentido, ressalta-se que a nível municipal muitos programas, projetos e benefícios são concedidos mediante a inscrição do CadÚnico, conforme requisitos estabelecidos por meio de leis, decretos e portarias.

6.5 Dados Coletados

A análise de dados foi realizada mediante as falas dos entrevistados, através da abordagem qualitativa. Sendo assim, realizou-se contato com os técnicos via WhatsApp, mais precisamente por meio chamada de vídeo, buscando compreender a descrição do CadÚnico, a importância deste a nível municipal, efetividade, bem como os impasses diários no que se refere ao programa.

Nesse sentido, ressalta-se que os contatos realizados ocorreram por meio dos entrevistadores e técnicos auxiliares do CadÚnico. Buscando preservar o sigilo e abster a identidade dos sujeitos entrevistados perante ao tópico, estes serão denominados pela nomenclatura de agentes, e gestores, ambos, enumerados na ordem crescente.

Nessa perspectiva, apresenta-se o perfil dos agentes entrevistados:

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	GENÊRO
Agente 1	28	Ensino Médio Completo	Solteira	0	Feminino
Agente 2	34	Ensino Superior	Solteiro	0	Masculino
Agente 3	45	Pós graduada	Casada	2	Feminino

Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

Nas entrevistas para coleta de dados foram entrevistados três agentes, sendo enumerados por ordem crescente. Sendo duas mulheres e um homem, com idade entre 28 a 45 anos. Somente o agente 3, possui filhos. Em relação ao estado civil somente a agente 3 é casada, o restante é solteiro. No que se refere a escolaridade, o agente 1 possui ensino médio completo, o agente 2 possui ensino superior completo, já o agente 3 possui especialização.

Sendo assim, segue relatos dos agentes.

Enquanto técnica do programa a nível municipal, realizo entrevistas para o cadastramento. No dia a dia profissional ressalto que o sistema de inclusão dos dados varia, isto é, ocorre que alguns dias persiste a lentidão no sistema, tornando inacessível. Diante disso, explicamos para os entrevistados a situação do programa, mas grande maioria não compreende (Agente 1).

Da mesma forma, o segundo técnico municipal salientou a seguinte questão:

O programa do CadÚnico é de total importância. Sendo que em nosso município programas e projetos são ofertados através do cadastramento e enquadramento no sistema, diante disso nossa demanda de entrevistas é numerosa. Não possuímos servidores contratados excepcionalmente para atender essa demanda, dificultando nosso dia a dia profissional. Após reuniões com o gestor municipal decidimos definir um dia da semana exclusivamente para atender requisições de CadÚnico. A partir disso, estamos conseguindo nos organizar melhor. Cabe justificar que a situação vem ocorrendo há poucos dias, mas já verificamos êxito (Agente 2).

Nesse viés, o terceiro agente abordou o seguinte argumento:

Sou técnica concursada responsável pelo cadastramento do programa CadÚnico a nível municipal. Quando iniciei minhas atividades no setor de assistência social, verifiquei a importância de possuir técnicos exclusivos para esta funcionalidade. Possuímos grande demanda de atendimentos, mas por ora, conseguimos organizar nosso dia a dia. Realizamos entrevistas com as pessoas que comparecem no setor, sendo que um técnico vai realizando a entrevista e inserindo os dados diretamente no programa, já outro realiza posteriormente a fotocópia dos documentos necessários e declarados no programa, bem como o arquivamento. Após do cadastramento são arquivados os cadastros enumerados por ordem alfabética para melhor organização (Agente 3).

Tabela 03 – Perfil dos gestores entrevistados

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	GENÊRO
-------------	--------------	---------------------	---------------------	---------------	---------------

Gestor 1	36	Pós graduado	Casado	0	Masculino
Gestor 2	41	Pós graduada	Casada	1	Feminino
Gestor 3	28	Ensino Superior	Solteira	0	Feminino

Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

Em relação a coleta de dados dos gestores, estes foram enumerados por ordem crescente. Sendo duas mulheres e um homem, com idade entre 28 a 41 anos. Somente a gestora 3, possui filhos. Em relação ao estado civil o gestor 1 é casado a gestora 2 casada, já a gestora 3 é solteira. No que se refere a escolaridade, o gestor 1 e 2 possuem especialização, já o gestor 3 possui ensino superior completo. Somente a gestora 2 possui filhos.

Partindo desse pressuposto, realizou-se contato com os gestores municipais responsáveis pelo programa CadÚnico, almejando verificar a importância do sistema:

O programa do CadÚnico assegura um acervo de informações, para nos gestores o programa é de suma importância, visto que através deste certificamos e conhecemos os possíveis usuários da política de assistência social. Eis que através do cadastramento de forma precisa conhecemos as famílias, desde as condições socioeconômicas, contexto familiar, condições de moradia, dentre outros pontos imprescindíveis. Mediante esses dados, enquanto gestores podemos formular políticas, buscando a efetivação destas, além de vislumbrar territórios onde necessita de intervenções mais precisas e específicas (Gestor 1)

Partindo do pressuposto do gestor, sujeito esse responsável pela gestão do CadÚnico de seu município, observa-se que este entende que o programa permite conhecer a realidade das famílias, mais precisamente no que refere-se a condição de vulnerabilidade social. Além disso, menciona que através do cadastramento de forma precisa, o CadÚnico pode auxiliar no planejamento das ações da política de assistência social, ofertando parâmetros no que diz respeito a centralidade de políticas públicas em territórios específicos.

Outrossim, há que se considerar que as ações de cadastramento e efetividade do CadÚnico não dizem respeito somente as ações ligadas à assistência social, ou seja, o segundo gestor do programa justifica outras utilidades:

É de relevância considerar que o CadÚnico também pode auxiliar outras áreas da administração pública, não somente na política de assistência social, ou seja, no município onde resido a educação costuma utilizar dos dados do sistema para verificar o grau de vulnerabilidade e necessidade de imediato de vagas em creches, além disso, o setor de habitação concilia os dados do CadÚnico para inscrições de loteamentos de interesse social, pontos importantes para o bom desenvolvimento da gestão pública municipal. Entretanto, considera que os dados inseridos no programa devem ser atualizados corretamente, visando uma melhor efetivação (Gestor 2).

O subsequente gestor salienta a seguinte afirmação:

Em nosso município, consideramos de total eficiência os dados do CadÚnico, visto que através dos dados declarados mapeamos condições de vulnerabilidade, tornando-se instrumento de diagnóstico para a preparação e execução de ações, buscando assimilar esses dados com todas as políticas municipais, não somente com a assistência social (Gestor 3).

Sendo assim, considera-se que o CadÚnico serve para auxiliar o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, bem como colaborar com a gestão pública municipal em relação a formulação e gestão de políticas voltadas a população.

Conforme descrito nos objetivos específicos da presente pesquisa, com a realização deste, pretendia-se descrever os programas, projetos e serviços ofertados para a população no município através da análise do CadÚnico.

Nesse interim, conforme verbalizado no presente estudo, o programa do CadÚnico não é necessariamente somente usado para oferta de programas, projetos e serviços da política de assistência social.

Entretanto, no que se refere a política de assistência social, cabe reportar-se a Lei Municipal nº 1982, de 12 de dezembro de 2017, a qual regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social no município e dá outras providências. Nesse sentido, cabe fazer a seguinte referência:

Art. 1º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e ou de calamidade pública, na forma que dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993.

Diante disso, podemos considerar que mediante a esta lei são ofertados auxílio natalidade, auxílio por morte, auxílio em situações de vulnerabilidade temporária, bem como auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Vale ressaltar que ambos os auxílios são ofertados através de bens de consumo, como também por meio de pecúnias.

Para ser beneficiado com tais auxílios, o munícipe deve comparecer na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e CRAS, onde a equipe multidisciplinar realizará todos os procedimentos necessários no que diz respeito a concessão e operacionalização dos benefícios eventuais dispostos na Lei.

Á vista disso, esclarece no referido documento o critério para concessão dos auxílios:

Art. 32º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecidos nesta Lei será fixado em valor igual ou inferior a ½ salário mínimo nacional, ou na ausência de renda, conforme o caso.

Sendo assim, para oferta dos auxílios citados, é necessário passar por análise de um profissional assistente social, além de quem, é obrigatório a inclusão do requerente e seu grupo familiar no CadÚnico, visando certificar-se o critério no que se refere a renda per capita.

Além disso, dando continuidade na política de assistência social a nível municipal, ressalta-se através do CRAS, as ações realizadas por meio do PAIF, isto é, o trabalho da equipe multidisciplinar do equipamento, visando o empoderamento da família, buscando prevenir a ruptura de vínculos, bem como resgatar a função protetiva dos integrantes do grupo familiar.

Considera-se o público alvo do PAIF:

- a) Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos;
- b) Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- c) Famílias que atendem aos critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- d) Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- e) Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Nesse viés, menciona-se que as ações para a inclusão no PAIF, ocorrem por meio de procura espontânea dos munícipes, por meio da busca ativa, realizada pelos técnicos do CRAS, encaminhamentos advindos da rede de proteção municipal, além de encaminhamento das demais políticas públicas municipais, sendo realizada acolhida, oficinas com famílias, bem como ações comunitárias aos participantes.

Assim, neste caso, destaca-se que as pessoas participantes das oficinas das famílias e ações comunitárias, são orientadas a realizar o cadastramento no CadÚnico, entretanto caso já possuam inscrição no programa, realizem a atualização dos dados. Através dessa obrigatoriedade é possível verificar e conhecer os integrantes familiar, no que diz respeito a condição econômica, situação habitacional, a existência e certificação dos documentos pessoais, além da condição das atividades laborais, dentre outros pontos imprescindíveis.

Tal ação evidencia a importância dos dados inseridos no CadÚnico, visto que através do cadastramento e atualização necessária, é possível verificar em quais programas a equipe multidisciplinar poderá encaminhar o grupo familiar.

Em relação a política municipal de habitação, evidencia-se a Lei nº 2.149, de 14 de julho de 2020, a qual institui o programa habitacional de interesse social para o loteamento Bairro São José III e define normas para sua adoção.

Nesse sentido, remete-se:

Art. 2º Para atender às famílias de baixa renda, residentes no Município, ficam instituídos os seguintes Programas Habitacionais, de acordo com a lei complementar nº [167](#), de 09 de novembro de 2010.

I - 10% dos lotes direcionados ao programa da Casa Própria, que consiste no financiamento do lote e da casa pronta;

II - 90% dos lotes destinado ao programa de Lotes Urbanizados, que consiste no financiamento de lotes urbanizados pelo Município a beneficiários que desejarem construir por conta própria.

Á vista disso, para participar do programa habitacional de interesse social, o munícipe, bem como seu grupo familiar deve atentar-se aos seguintes critérios, expressos através do artigo 3º:

- a) Renda Mensal familiar não superior a 03 (três) salários mínimos para o Programa da Casa Própria;
- b) Renda Mensal familiar não superior a 05 (cinco) salários mínimos para o Programa de Lotes Urbanizados;
- c) Residir no Município há no mínimo 05 (cinco) anos, de forma ininterrupta, comprovados mediante a apresentação de talões de consumo de água ou energia elétrica, ou histórico escolar, ou contrato de trabalho com empresa estabelecida no Município, ou alvará de localização como profissional autônomo ou outro meio idôneo, ou estar no momento da inscrição residindo no município há 01 (um) ano e possuir pelo menos 15 anos de maneira sazonal de residência no município de Pinheiro Preto, comprovados na forma supra citada;
- d) Não possuir outro imóvel em nome do beneficiado (a), companheiro (a) ou cônjuge;
- e) O beneficiário (a), companheiro (a) ou cônjuge não ter sido contemplado em Programas Habitacionais instituídos pelo Município de Pinheiro Preto, ou outros municípios anteriormente;
- f) Nunca ter sido proprietário de outro imóvel;
- g) Não estar em débito com a Administração Pública Municipal, com comprovação mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- h) Ser composta por no mínimo duas pessoas, tendo o vínculo origem por meio de casamento, união estável, irmãos, pais e filhos, tutores com termo de guarda de menores. Devendo ambas cumprir o requisito do inciso I, ou desde o nascimento. Os vínculos devem ser anteriores a publicação do edital;

Como é possível observar-se a questão da renda, será analisada por meio da inscrição do requerente, bem como de seu grupo familiar no CadÚnico, ferramenta esta imprescindível na verificação dos dados declarados, sendo tal programa significativo para a gestão municipal.

Diante disso, para avaliar as inscrições, bem como divulgar a listagem dos classificados, será elaborada comissão designada pelo Prefeito Municipal. Assim, evidencia-se:

Art.10º §4º. A comissão será composta pelos seguintes membros:
I - Quatro servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, sendo uma vaga preenchida obrigatoriamente pelo ocupante do cargo de Assistente Social;
II - Um representante da Associação de Pais e Professores - APP do Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira e um representante da Associação de Pais e Professores - APP do Centro Educacional Padre Trudo Plessers;
III - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto.
IV - Um representante da Indústria e do Comércio do Município de Pinheiro Preto.
V - Uma representante das agentes comunitárias de saúde do Município de Pinheiro Preto.

Já no tocante a política municipal de saúde, esta pasta também utiliza os dados do CadÚnico para oferta de programas e serviços.

O setor de vigilância sanitária municipal organiza conforme as necessidades a contratação por meio de processo licitatório, no que se refere a prestação de serviços parcelados, de clínica veterinária para a realização de castração de fêmeas e machos de cães e gatos, com o intuito de prevenir a transmissão de zoonoses e a procriação descontrolada.

A ação permite qualquer tutor realizar a inscrição de seu animal, entretanto foca nos tutores baixa renda. Assim, primeiramente o requerente e seu grupo familiar realizam a inscrição no CadÚnico, sendo que o critério para inclusão no programa é famílias que possuam renda familiar de até três salários mínimos vigentes, ou também famílias com renda per capita inferior ou igual a meio salário mínimo nacional vigente.

Vislumbra-se que a conduta do tutor é de extrema responsabilidade, além de que acaba contribuindo na redução e quantidade de ninhadas indesejáveis.

Tais ações são relevantes para a gestão pública, sendo que é possível observar que as políticas setoriais devem atuar na totalidade, buscando cada vez mais ofertar programas, projetos e ações para a população, principalmente para a população baixa renda, aliando os requisitos ao CadÚnico, verificando que é sim possível aplicar este a diversas pastas ligadas a administração pública.

No contexto de identificar a efetividade do programa CadÚnico, através da presente pesquisa, buscou-se identificar a importância, bem como a efetividade, mais precisamente junto ao site do Ministério de Desenvolvimento Social no que diz respeito aos dados referentes a efetividade e cadastramento do CadÚnico no município de Pinheiro Preto.

Sendo assim, verificou-se que o programa é considerado como a base de dados do Governo Federal, onde estão coletadas e registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda, residentes no território brasileiro, com foco na renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa.

Ressalta-se que o governo federal utiliza os dados do CadÚnico para ofertar benefícios e serviços, relacionados a programas sociais, dentre eles: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família.

Evidencia-se que os dados do CadÚnico são válidos para o mapeamento das vulnerabilidades locais, sendo que o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais municipais são de responsabilidade e competência do próprio município.

Com base no Relatório de Informação do Cadastro Único emitido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, tendo como referência o mês de junho/2020, o município de Pinheiro Preto possuía o total de 274 famílias inscritas no Cadastro Único, divididas nas seguintes faixas de renda per capita familiar:

Tabela 04 Total de famílias cadastradas divididas pela renda per capita

Total de famílias	Valor da renda per capita
22	Até R\$ 89,00
13	Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00
103	Entre R\$ 178,01 e R\$ 522,50
136	Acima de R\$ 522,50

Fonte: Adaptado pela autora do relatório de informações do MDS
(<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>)

Nesse interim, classifica-se as famílias que possuem renda per capita inferior a R\$ 89,00, em linha da extrema pobreza, ou seja, o município de Pinheiro Preto possui o registro de 22 famílias nesse quesito. Já em relação a renda de R\$ 89,01 e R\$ 178,00, possuímos 13 famílias, 103 famílias entre R\$ 178,01 e R\$ 522,50, bem como 136 famílias acima de maior salário mínimo.

Sendo assim, conforme supracitado, verificou-se através da análise dos dados obtidos que o município de Pinheiro Preto, possui 274 famílias inscritas no Cadastro Único, tendo como referência o mês 06/2020. Diante disso coletou-se as seguintes informações:

Tabela 05 Atualização cadastral

Total de famílias com cadastro atualizado	246
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ (meio salário mínimo)	131
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,90%

Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,95%
--	-------

Fonte: Adaptado pela autora do relatório de informações do MDS
(<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#>)

Á vista disso, considera-se que 246 famílias possuem o cadastro atualizado, sendo destas, 131 famílias com renda de até meio salário mínimo, onde a taxa de atualização das famílias cadastradas é de 0,90%. Já a taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo é de 0,95%.

Por fim, verificou-se que a Taxa de Atualização Cadastral do município é de **94,93%**, enquanto que a **média nacional** encontra-se em **78,61%**. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem. Nesse sentido, significa que o cadastro do município de Pinheiro Preto, está focalizado e atualizado, além de que, considera-se que a generalidade das famílias cadastradas pertence ao público alvo do CadÚnico.

Finaliza-se que a efetividade do CadÚnico se refere à qualidade e atualização cadastral, sendo que, diante desse quesito, verificou-se a efetividade de tal programa, mais precisamente no município de Pinheiro Preto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar a efetividade do programa Cadastro Único no município de Pinheiro Preto. Ademais, tendo como objetivos específicos pretendia descrever os programas, projetos e serviços ofertados para a população, mediante a análise do programa, bem como demonstrar a importância da efetivação do CadÚnico no município estudado.

Com a utilização da abordagem executada neste trabalho, aliada a pesquisa classificada como descritiva, resultou na análise de dados por meio do relato dos entrevistados, através da abordagem qualitativa, aliados a este quesito, cooperando para que os objetivos propostos fossem cumpridos.

Em relação a escolha dos sujeitos entrevistados resultou nos princípios da representatividade, onde priorizou-se pelos agentes envolvidos neste processo, isto é, servidores públicos, com nível médio e superior, exercendo a profissão de assistente social, como também de entrevistadores e gestores do programa CadÚnico. Nesse interim, a escolha dos sujeitos envolvidos na presente pesquisa resultou na troca, assimilação e coleta de elucidações, as quais contribuíram expressivamente para a construção e organização deste trabalho.

No tocante ao referencial teórico operado nesta pesquisa buscou-se pela conceituação da administração pública, importância da efetividade nessa logística, caracterização do município de Pinheiro Preto, bem como a descrição do serviço social. Para descrição do referencial teórico, foram consultados em diversas referências bibliográficas, fontes e banco de dados oficiais, proporcionando notáveis contribuições.

Em referência ao tema investigado despertou interesse em estudar e explorar devido ser o município onde a pesquisadora reside, além desta desenvolver suas atividades laborais no setor aprofundado. Outrossim, tal pesquisa foi explorada devido ausência de estudos precisos sobre a efetividade do CadÚnico a nível municipal, além de demonstrar a importância sobre tal programa para a administração pública.

Idealiza-se que a pesquisa possa contribuir para a administração pública municipal, visando após análise, que esta seja utilizada para a formulação e gestão de políticas públicas locais, além de que, possa lograr contribuições no que refere-se a realização de novos estudos, visando envolver outros municípios, sendo estes de pequeno e grande porte.

Observou-se que com a utilização do CadÚnico, este serve de instrumento que organiza e identifica a população baixa renda, servindo de aporte para o uso das diversas pastas incorporadas na administração pública. Sendo assim, observa-se a necessidade de maior efetividade no que se refere a políticas públicas, o que demanda da construção de parâmetros visando a implementação articulada no setor público.

Verificou-se através do estudo realizado que a efetividade do CadÚnico reflete no cadastramento das pessoas públicas alvos do programa, bem como através das atualizações cadastrais, sendo que ambos se referem à um importante mecanismo de qualificação, permitindo que o cadastro apresente informações condizentes com a realidade atual do grupo familiar.

Com a efetivação do CadÚnico ressalta-se que a administração pública deixa de investir em softwares ou empresas especializadas em diagnósticos territoriais, situação está que muitas vezes acaba onerando os cofres públicos, sendo de extrema importância utilizar os dados atualizados do programa, sendo uma fonte gratuita que poderá contribuir e abater custos na implantação de uma política pública municipal. Aliado a este quesito, percebemos que a ferramenta do CadÚnico poderá contribuir no diagnóstico, fato esse que muitas vezes os gestores públicos desconhecem esse instrumento.

Conclui-se com a intenção de que a presente pesquisa possa contribuir para a administração pública, visando que o gestor local conheça as funcionalidades e características do CadÚnico, pois somente após o entendimento perceberá como este contribuirá no planejamento de ações que referem a gestão pública.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito constitucional descomplicado**. 5. ed. São Paulo: Método, 2010.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. **Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio**. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, ano 48, n. 3, p. 105-132, set-dez 1997.

ARAUJO, Ivã da Cruz de. **Disciplina de Administração Pública**. Paraíso do Norte: Faculdade de Agronegócio/FAPAN, 2012. Disponível em [http://www.fapanpr.edu.br/site/docente/arquivos/\(Apostila%20de%20Administra%E7%E3o%20P%FAblica\).pdf](http://www.fapanpr.edu.br/site/docente/arquivos/(Apostila%20de%20Administra%E7%E3o%20P%FAblica).pdf). Acesso em 23 de outubro de 2019.

AREZZO, Dryden Castro de. **Introdução à administração pública**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

ASSIS, Simone de Araújo Góes; FERREIRA, Jhonatan. **Usos, potencialidades e limitações do Cadastro Único no subsídio às políticas sociais para a população de baixa renda**. In CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org). Bolsa Família 2003 -2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA. 2010.

BACHTOLD, Ciro. **Noções de Administração Pública**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <file:///F:/DOWNLOADS/Livro%20Nocoes%20Administracao%20Publica.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Brasília: IPEA:2010.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS**. Brasília: 2011. P.142-154.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Manual de Auditoria Operacional/ Tribunal de Contas da União: parte geral** 2ª v. Brasília: TCDF, 2011. p.146.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988 BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/93). Brasília: 1993.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde** - Versão Preliminar. Brasília - DF, março /2009.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/93)**. Brasília: 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____, NOB/SUAS. **Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização -GESPÚBLICA; Prêmio 120 Nacional da Gestão Pública –PQGF. **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública**, Brasília, 2014a.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Raul, Yamamoto, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórica metodológica**. São Paulo: Cortez, 4ª ed. 1985.

CASTRO, Rodrigo Batista. **Eficácia, eficiência e efetividade na Administração Pública**. In: Anais do 30º Encontro da ANPAD, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto de. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Ricardo Correa. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009b.

COLIN, D.R.A.; FOWLER, M.B. **Lei Orgânica da Assistência Social Anotada**. São Paulo: Veras, 1999.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Gestão Pública Responsável: uma Abordagem do Sistema CFC/CRCS**. Curitiba: Juruá, 2011.

DALF, Richard L. **Teoria e Projetos das Organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

_____. Decreto-Lei nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento único para Programas Sociais do Governo Federal Presidência da República. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/programas/federal/decreto_3877_01.doc>. Acesso em: 11 de março de 2020.

FITS. **Definição de Serviço Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/fits_definicao.pdf. Acessado em 31/08/2014.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1959.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 14 ed., São Paulo : Atlas, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 51.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

JONAS, Jonas, Liz Clara de Campos. **Cadastro único: uma visão de sua adequação à política de assistência social no município de Londrina**. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social –Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gspública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

_____. Paulo Daniel Barreto. Perfil contemporâneo da capacidade de gestão dos órgãos e entidades da administração pública brasileira. XIV Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Salvador de Bahia, Brasil, 27 –30, Out. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

MATOS, M. C. de. **O Debate do Serviço Social na saúde nos anos 90. In: Revista ServiçoSocial e Sociedade**. São Paulo: Cortez. N. 74, jul./2003, p. 84-117.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. Atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed., atual. até a E.C. 64, de 4.2.2010. São Paulo: Malheiros, 2010.

MEIRELLES, Lopes Hely. **Direito Administrativo brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cadastro único**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: MDS, 2017.

MOTTA, Paulo Roberto. **Avaliação da Administração Pública: Eficiência, Eficácia e Efetividade**. FUNDAP, 1990.

MOTTA, Paulo Roberto. **Avaliação da Administração Pública: Eficiência, Eficácia e Efetividade**. FUNDAP, 1990.

MPOG, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Instruções para Avaliação da Gestão Pública – 2008/2009**; Brasília; MP, SEGES, 2009. 56p.

OSBORNE, D. & GAEBLER, T. **Reinventando o governo - como o espírito empreendedor está transformando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PAULA, J. C. **O uso do Cadastro Único: uma análise a partir dos programas Tarifa Social de Energia Elétrica e Telefone Popular**. Monografia defendida para o Curso de

Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Brasília: Enap, 2013.

PEREIRA, P. A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política Social e Democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.

QUEIROZ, Roosevelt. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. Curitiba: Ibepex, 2009.

ROMERO, Paulo Rogerio Pelegrin; DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. **APLICAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO À GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA/PR**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/17.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Fernando Sabino *et al.* EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE AS PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS. **II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO**, FLORIANÓPOLIS/SC, 27 ago. 2018. Disponível em: <http://cidesp.com.br/index.php/Icidesp/2cidesp/paper/view/431/201>. Acesso em: 24 abr. 2020.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TOLOSA FILHO, Benedicto de. **Direito Administrativo: noções fundamentais**. São Paulo: Iglu, 1999.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília: UAB, 2009, 184p.